

## ANEXO II

## Regime de transição

Esta alteração ao plano de estudos entra em vigor no ano letivo 2015/2016 em todos os anos curriculares, tendo em consideração a seguinte tabela de substituições:

Tabela de equivalências (E) ou substituições (S)

Anterior plano de estudos		Novo plano de estudos		E ou S
Unidade curricular	Créditos	Unidade curricular	Créditos	
Economia Solidária e Teoria Económica . . . . .	6	História das Teorias Económicas . . . . .	6	S
<i>Solidary Economics and Economic Theory</i>		<i>History of Economic Theories</i>		
Seminário I: Economia Solidária, Coesão Social, Sustentabilidade e Diversidade nas Sociedades Contemporâneas.	6	Seminário I: Economia Social e Solidária e Debates Conceptuais.	6	S
<i>Seminar I: Solidary Economics, Social Cohesion, Sustainability and Diversity in Contemporary Societies</i>		<i>Seminar I: Social and Solidary Economics and Conceptual Debates</i>		
Seminário II: Economia Solidária, Coesão Social, Sustentabilidade e Diversidade nas Sociedades Contemporâneas.	6	Seminário II: Economia Social e Solidária e as Economias 'Alternativas'.	6	S
<i>Seminar II: Solidary Economics, Social Cohesion, Sustainability and Diversity in Contemporary Societies</i>		<i>Seminar II: Social and Solidary Economics and 'Alternative' Economies</i>		
Estado, Políticas Públicas e Economia Solidária . . . . .	6	Estado do Bem-Estar e Economia Social e Solidária	6	S
<i>State, Public Policies and Solidary Economics</i>		<i>Welfare State and Social and Solidary Economics</i>		
Seminário III: Economia Solidária, Coesão Social, Sustentabilidade e Diversidade nas Sociedades Contemporâneas.	6	Seminário III: Economia Social e Solidária e Desenvolvimento Territorial.	6	S
<i>Seminar III: Solidary Economics, Social Cohesion, Sustainability and Diversity in Contemporary Societies</i>		<i>Seminar III: Social and Solidary Economics and Territorial Development</i>		

209171714

## UNIVERSIDADE ABERTA

## Despacho n.º 15015/2015

Por despacho de 01 de dezembro de 2015, nos termos da deliberação n.º 258/CC/2015, do Conselho Científico, tomada na sua reunião de 25 de novembro de 2015, que aprovou alterações ao Regulamento do Conselho Científico da Universidade Aberta, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 6, em 11 de janeiro de 2010, sob o n.º 14/2010, e ao abrigo do disposto no artigo 37.º, n.º 1, alínea s), dos Estatutos da Universidade Aberta, homologados e publicados através do Despacho Normativo n.º 65-B/2008, in *Diário da República*, 2.ª série, n.º 246, de 22 de dezembro, foram homologadas as referidas alterações, consubstanciadas na eliminação das referências ao Instituto Coordenador de Investigação, respetivamente, na alínea b) do n.º 1 do artigo 2.º, no n.º 3 do artigo 3.º, na alínea q) do n.º 2 do artigo 5.º e de todo o capítulo IV, passando o capítulo V a capítulo IV, bem como do aditamento de um novo n.º 8 ao artigo 3.º, passando o anterior a n.º 9 e da alteração do n.º 2 do artigo 6.º, bem como é determinado, ainda, a republicação do Regulamento do Conselho Científico da UAb, com a redação incluindo as presentes alterações, conforme texto integral em anexo.

2 de dezembro de 2015. — A Chefe de Divisão de Recursos Humanos, Célia Maria Cruz Fonseca de Matos.

## ANEXO

## Republicação do Regulamento do Conselho Científico da Universidade Aberta

## CAPÍTULO I

## Natureza e composição do conselho científico

## Artigo 1.º

## Natureza

O conselho científico, adiante designado por conselho, é o órgão colegial que coadjuva e apoia o reitor e o conselho geral nos assuntos de natureza científica.

## Artigo 2.º

## Composição e mandato

1 — O conselho é composto por doze membros, assim distribuídos:

a) Oito docentes e investigadores de carreira doutorados ou em regime de tempo integral, desde que, neste último caso, sejam também doutorados e tenham contrato de duração não inferior a um ano, qualquer que seja a natureza do seu vínculo à Universidade, eleitos de entre os seus pares, em número de dois por departamento, de acordo com o disposto nos respetivos regulamentos;

b) Dois representantes dos centros de investigação sediados na Universidade;

c) Dois docentes ou investigadores de outras instituições de ensino superior ou duas personalidades externas de reconhecida competência científica e académica, cooptados pelo conjunto dos membros referidos nas alíneas a) e b), por maioria absoluta, com base em propostas fundamentadas subscritas por, pelo menos, um terço daqueles membros.

2 — O mandato dos membros do conselho tem a duração de dois anos.

3 — Sempre que exista qualquer impedimento o membro suplente pode substituir o membro efetivo.

## CAPÍTULO II

## Funcionamento e competências

## Artigo 3.º

## Funcionamento

1 — O conselho reúne ordinariamente, em princípio, uma vez por mês e extraordinariamente sempre que for convocado pelo presidente, por sua iniciativa, ou por solicitação escrita de, pelo menos, um terço dos seus membros.

2 — O conselho só pode deliberar quando esteja presente a maioria legal dos seus membros com direito a voto.

3 — Os diretores das unidades orgânicas e das outras unidades organizacionais que não tenham sido eleitos para o conselho podem par-

participar nas suas reuniões, mediante convocatória do presidente, sem direito de voto.

4 — As deliberações do conselho são tomadas por maioria relativa salvo nos casos em que, por disposição legal, se exija maioria absoluta ou maioria qualificada.

5 — A ordem de trabalhos de cada reunião é estabelecida pelo presidente e deve ser entregue a todos os membros com a antecedência de, pelo menos, quarenta e oito horas sobre a data da reunião.

6 — Só podem ser objeto de deliberação os assuntos incluídos na ordem de trabalhos do dia da reunião, salvo se, tratando-se de reunião ordinária, pelo menos dois terços dos membros, reconhecerem a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos.

7 — As deliberações do conselho adquirem eficácia depois de aprovadas as respetivas atas ou os extratos das mesmas de onde conste a deliberação aprovada.

8 — Em casos devidamente justificados pode o conselho reunir-se de forma não presencial através de meios tecnológicos telemáticos, regulando-se o funcionamento destas reuniões de acordo com procedimento específico aprovado pelo conselho.

9 — Os membros do conselho não podem pronunciar-se sobre assuntos referentes a:

a) Atos relacionados com a carreira de docentes com categoria superior à sua;

b) Concursos ou provas em relação aos quais reúnam as condições para serem, respetivamente, opositores ou candidatos;

c) Matérias relacionadas com a contratação por tempo indeterminado, findo que seja o período experimental, se contratados ainda neste período.

#### Artigo 4.º

##### Elaboração e aprovação de actas

1 — De cada reunião será lavrada ata, que conterá um resumo de tudo o que nela tiver ocorrido, indicando, designadamente, a data e o local da reunião, os membros presentes, os assuntos apreciados, as deliberações tomadas e a forma e o resultado das respetivas votações.

2 — As atas são lavradas pelo secretário e postas à aprovação de todos os membros no final da respetiva reunião ou no início da seguinte, sendo assinadas após a aprovação, pelo presidente e pelo secretário.

#### Artigo 5.º

##### Competências

1 — Ao conselho cabe deliberar sobre os assuntos de natureza científica geral da Universidade, tendo em vista estimular e acompanhar o desenvolvimento da investigação, do ensino e da formação, de acordo com a legislação aplicável e com os estatutos e as orientações estratégicas da Universidade.

2 — Compete ao conselho, designadamente:

- a) Elaborar o seu regulamento;
- b) Contribuir para a definição das linhas gerais de orientação científica da Universidade;
- c) Apreciar o plano de atividades científicas da Universidade;
- d) Pronunciar-se sobre a criação, transformação ou extinção de unidades ou subunidades orgânicas da Universidade;
- e) Deliberar sobre a distribuição do serviço docente, sujeitando-a a homologação do reitor;
- f) Pronunciar-se sobre a criação, transformação ou extinção de cursos e aprovar os respetivos planos de estudo;
- g) Deliberar sobre os regulamentos dos cursos, sujeitando-os a homologação do reitor;
- h) Propor ou pronunciar-se sobre a concessão de títulos ou distinções honoríficas;
- i) Propor ou pronunciar-se, ouvido o conselho pedagógico, sobre a instituição de prémios escolares;
- j) Propor ou pronunciar-se sobre a realização de acordos e de parcerias nacionais e internacionais;
- k) Submeter ao reitor a composição dos júris de provas e de concursos académicos;
- l) Emitir parecer sobre a composição de júris para a equivalência de doutoramento;
- m) Propor a contratação como professor convidado ou visitante de individualidades nacionais e estrangeiras de reconhecido mérito científico ou com desempenho profissional relevante;
- n) Emitir parecer sobre propostas de dispensa de serviço docente para efeitos de preparação de doutoramento;
- o) Emitir parecer sobre a concessão de licença sabática;
- p) Deliberar sobre a concessão de equivalência a licenciatura ou a mestrado, bem como sobre o reconhecimento de graus académicos;
- q) Pronunciar-se sobre qualquer outro assunto que lhe seja submetido pelo reitor ou por outros órgãos da Universidade;

- r) Praticar os outros atos previstos na lei relativos à carreira docente e de investigação e ao recrutamento de pessoal docente e de investigação;
- s) Praticar os demais atos que resultem da lei ou dos estatutos.

## CAPÍTULO III

### Presidência

#### Artigo 6.º

##### Eleição do presidente e do vice-presidente do conselho

1 — O conselho tem um presidente e um vice-presidente, eleitos por sufrágio secreto, pela maioria relativa dos seus membros.

2 — O presidente do conselho é eleito de entre os seus membros que sejam professores de carreira.

3 — Todos os membros do conselho são elegíveis para vice-presidente.

4 — A eleição conjunta do presidente e do vice-presidente é feita por listas apresentadas no secretariado do conselho até uma semana antes do ato eleitoral, sendo eventualmente acompanhadas de um programa sumário e de uma lista de subscritores assinada por personalidades pertencentes ao corpo eleitoral, podendo estes serem exteriores ao órgão eleito.

#### Artigo 7.º

##### Processo de eleição

1 — O presidente deve marcar o ato eleitoral para uma reunião do conselho com uma antecedência de catorze dias relativamente ao fim do mandato.

2 — O processo de eleição decorrerá da seguinte forma:

a) Sendo apresentadas várias listas será eleita a que obtiver maior número de votos;

b) Sendo apresentada apenas uma lista será sujeita a um escrutínio de «Sim» ou de «Não»;

c) Não sendo apresentadas listas ou sendo a lista única recusada serão sujeitos a um escrutínio todos os membros elegíveis desde que preencham os requisitos regulamentares, decorrendo o processo de eleição separadamente;

d) Em caso de empate entre as listas ou entre os candidatos mais votados, a votação será repetida até três vezes, sendo apenas sujeitas a escrutínio as duas listas ou os dois candidatos que obtiveram no primeiro escrutínio o maior número de votos;

e) Não havendo desempate ou não sendo aceite a eleição pelo membro do conselho deverá ser convocado novo ato eleitoral que ocorrerá nos catorze dias seguintes.

#### Artigo 8.º

##### Demissão

1 — O presidente e o vice-presidente do conselho podem pedir a sua demissão ou ser demitidos.

2 — Em caso de demissão do presidente ou do vice-presidente é necessário proceder a novo ato eleitoral, para o cargo que ficou vago.

3 — A demissão, quando de iniciativa própria, é apresentada ao conselho, mantendo-se o titular do cargo em efetividade de funções até à sua substituição.

4 — Se o pedido de demissão ocorrer por requerimento subscrito por um mínimo de um terço dos membros do conselho em efetivo exercício de funções, o presidente convoca uma reunião extraordinária do conselho, no prazo mínimo de três e máximo de catorze dias, nos termos das seguintes alíneas:

a) Com a convocatória da reunião, o presidente distribui cópia do requerimento de demissão e da refutação;

b) A demissão é efetiva se votada por maioria de dois terços dos membros em efetividade de funções;

c) No caso de demissão do presidente o mesmo será interinamente substituído pelo vice-presidente que convocará nova eleição de acordo com o disposto no artigo 7.º

5 — Todas as votações referidas neste artigo são realizadas por sufrágio secreto.

#### Artigo 9.º

##### Mandato

1 — O mandato do presidente e do vice-presidente tem a duração de dois anos, prorrogável por iguais períodos, até ao máximo de oito anos e termina com a posse dos novos membros eleitos.

2 — O presidente e o vice-presidente tomam posse perante o reitor.

## Artigo 10.º

**Competências do presidente**

O presidente, a quem incumbe manter informado o reitor das deliberações do conselho e das demais matérias relevantes, tem designadamente as seguintes competências:

- a) Representar o conselho;
- b) Convocar e dirigir as reuniões do conselho;
- c) Exercer as competências que, nos termos da lei, lhe sejam delegadas;
- d) Encaminhar para o reitor as propostas dos departamentos que não necessitem de apreciação do conselho;
- e) Despachar o expediente corrente do conselho;
- f) Nomear um membro do conselho que exerce, por um ano, as funções de secretário do conselho;
- g) Praticar os demais atos que resultem da lei ou dos estatutos.

## Artigo 11.º

**Competências do vice-presidente**

Ao vice-presidente compete exercer as funções que nos termos da lei e por delegação ou subdelegação de poderes, receber do presidente, bem como substituí-lo nas suas faltas ou impedimentos.

## Artigo 12.º

**Competências do secretário**

Ao secretário do conselho compete, sob direção da presidência do conselho, colaborar na organização e na realização das atividades do conselho, secretariar as reuniões e redigir as respetivas atas.

## CAPÍTULO IV

**Disposições finais**

## Artigo 13.º

**Entrada em vigor**

Este regulamento entra em vigor imediatamente após a sua aprovação.

209174517

**UNIVERSIDADE DO ALGARVE****Aviso n.º 14704/2015**

Por Despacho do Reitor da Universidade do Algarve, de 24 de abril de 2015, sob proposta da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, foi aprovada, nos termos do disposto no artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, alterado pelo Decreto-

-Lei n.º 107/2008, de 25 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 230/2009, de 14 de setembro, a alteração ao Plano de Estudos do Mestrado em Ensino de Línguas no 3.º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, o qual alterou a designação para Mestrado em Ensino de Português e de Espanhol no 3.º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, publicado através da Deliberação n.º 662/2008, no Diário da República, 2.ª série, n.º 48, de 7 de março de 2008 e alterado através do Despacho n.º 6647/2010, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 72, de 14 de abril de 2010, do Despacho n.º 8365/2012, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 119, de 21 de junho de 2012, Despacho n.º 10715/2013, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 185, de 19 de agosto de 2013 e Aviso n.º 1683/2014, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 25, de 5 de fevereiro de 2014.

A alteração ao plano de estudos que a seguir se publica foi comunicada à Direção-Geral do Ensino Superior em 06 de março de 2015, de acordo com o estipulado no artigo 80.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de junho, pelo Decreto-Lei n.º 230/2009, de 14 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 115/2013, de 7 de agosto e registada com número R/A-Ef2348/2011/AL02, a 22 de julho de 2015:

**Estrutura curricular e plano de estudos**

- 1 — Estabelecimento de ensino: Universidade do Algarve.
- 2 — Unidade orgânica: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.
- 3 — Ciclo de estudos: Ensino de Português e de Espanhol no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário.
- 4 — Grau: Mestre.
- 5 — Área científica predominante do ciclo de estudos: Ensino de Línguas.
- 6 — Número de créditos, segundo o sistema europeu de transferência de créditos, necessário à obtenção do grau: 120.
- 7 — Duração normal do ciclo de estudos: 2 anos.
- 8 — Opções, ramos, ou outras formas de organização de percursos alternativos em que o ciclo de estudos se estrutura (se aplicável): não aplicável.
- 9 — Áreas científicas e créditos que devem ser reunidos para a obtenção do grau:

QUADRO N.º 1

Área científica	Sigla	ECTS	
		Obrigatórios	Opcionais
Ensino de Línguas .....	EL	76	
Línguas e Literaturas .....	LL	24	
Psicologia .....	P	6	
Ciências da Educação .....	CE	14	
<b>Total</b> .....		<b>120</b>	<b>0</b>

**Universidade do Algarve****Faculdade de Ciências Humanas e Sociais****Ensino de Português e de Espanhol no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário****Mestrado****1.º ano/1.º semestre**

QUADRO N.º 2

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observ.
			Total	Contacto		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
Didática do Português I .....	EL	S	168	39 TP 05 OT	6	
Didática do Espanhol I .....	EL	S	168	39 TP 05 OT	6	
Linguística e Ensino do Português .....	LL	S	168	26 TP 05 OT	6	